

Editorial

“[...] o avanço do capitalismo [...] é um processo acidentado. Em um mesmo momento da história, há países onde o capitalismo está nascendo e há outros onde ele está já plenamente constituído. Não obstante, esses países participam de um mesmo mercado mundial de mercadorias e de capitais. Assim, como se dá em escala mundial, também em cada país [...] observam-se diferenças consideráveis no desenvolvimento das forças produtivas”.

(Hermes Magalhães Tavares)

O ano de 2019 foi, para quem o viveu no Brasil, de muitas dificuldades. E sobre elas nem é preciso escrever muito. Quis o destino que, nesse mesmo ano, numa sexta-feira 13 (de setembro), o professor Hermes Magalhães Tavares deixasse seus familiares, amigos e colegas. O editorial deste número da *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional* inicia com linhas preciosas de uma importante obra de sua extensa e crítica produção intelectual. Esta singela homenagem é prestada em reconhecimento à sua contribuição, dada ao longo de sua engajada atuação como docente e pesquisador, para a compreensão da questão regional no Brasil. Que, pois, os ainda ativos estudiosos da causa não olvidem sua lição: “o avanço do capitalismo é um processo acidentado”. As desigualdades que dito processo gera *entre* formações sociais tendem a se manifestar, também, no âmbito interno de cada formação social. A RBDR não a olvidará. Aliás, ela vem procurando, com bastante afinco, fazer-se espaço plural para o debate interdisciplinar sobre os variados temas que dizem respeito à “questão regional” (à qual o professor Hermes Magalhães Tavares dedicou o melhor de suas energias), sobretudo, em/de países periféricos. É através da publicação de artigos, ensaios e resenhas, inéditos (exceto se já tiverem sido publicados em periódicos não brasileiros), oriundos, principalmente, da área de planejamento urbano e regional, que a *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional* se constitui em autêntico espaço democrático de debate. Evidentemente, também são bem-vindas contribuições oriundas de áreas como geografia, economia, sociologia, antropologia e ciência política. E se convergirem para temas que tratem de desenvolvimento regional, podem acolher-se inclusive contribuições de áreas como urbanismo, comunicação social, direito, serviço social e turismo. Apesar das dificuldades que se têm vivido no Brasil, apresenta-se, com grande satisfação, o terceiro número da RBDR deste difícil ano de 2019.

Convém lembrar, a propósito, que os artigos e ensaios publicados na *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional* podem ter natureza mais “teórica” ou caráter mais “empírico”, consistir de interpretações sobre o desenvolvimento regional latino-americano (sobretudo, o brasileiro) ou de análises que associem escalas

relevantes no entendimento dos diversos processos de desenvolvimento e, se for o caso, destacar as determinações causais e o protagonismo de agentes e instituições na edificação de trajetórias de desenvolvimento no território.

Os nove artigos deste terceiro número de 2019, apresentados a seguir, adequam-se ao perfil da RBDR, de acordo com o que se referiu nas linhas acima.

“Evolucionismo e interdisciplinaridade na sociologia brasileira: onde está o desenvolvimento regional?” é o artigo inicial, assinado por Walter M. K. Birkner. Aí é feita uma apreciação crítica da Sociologia introdutória no Brasil, indicando a ausência dos conceitos de evolucionismo, desenvolvimento e seu adjetivo “regional”. Para o autor, disso resulta que se negligencia o reconhecimento de fatores sociais que geram riqueza, sociologicamente interpretáveis como causas de produção e desenvolvimento regional.

O segundo artigo, assinado por Marcelo Dalton Dalmolin e Carlos Eduardo Carvalho, é “Uma análise institucionalista do pacto federativo fiscal brasileiro”. O propósito é analisar as instituições formais que conformam o modelo do pacto federativo fiscal brasileiro e seus efeitos nos orçamentos estaduais. Com isso, visou-se aferir os impactos do modelo institucional vigente nos orçamentos dos entes subnacionais, cotejando-se a estrutura da carga tributária e o volume de receitas públicas disponíveis para os Estados.

Em “Cenários de desenvolvimento para o Amapá 2020-2050”, Marco Antonio Chagas e Antônio Sérgio Monteiro Filocreão descrevem as atividades econômicas em curso no estado do Amapá (mineração, hidrelétricas, petróleo e gás, agronegócio etc.) e prospectam cenários de desenvolvimento para o período 2020-2050. Embora não descartem o cenário sustentável como utopia societária emancipatória, concluem que o Amapá segue tendência que caminha para uma realidade que se situa entre o trágico e o tradicional.

Marco André Cadoná é o autor do artigo seguinte: “Burguesia industrial e a construção de uma agenda de desenvolvimento: a perspectiva da FIERGS”. Aí analisa, com base nos posicionamentos da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul nas eleições de 2018, a agenda de desenvolvimento defendida pela burguesia industrial do Rio Grande do Sul. O autor infere que a burguesia industrial gaúcha atua em defesa de uma agenda de desenvolvimento sustentada em pressupostos neoliberais.

No artigo seguinte, “A pecuária leiteira e o desenvolvimento da Região Noroeste do Rio Grande do Sul”, Emerson Juliano Lucca e Silvio Cezar Arend se debruçam sobre as transformações na cadeia produtiva do leite, aproximando as indústrias processadoras dos produtores de leite. Para os autores, essa nova dinâmica do setor tem motivado os agentes da atividade leiteira à adoção de novas técnicas, favorecendo avanços nos processos de produção e comercialização como estratégia de permanência na atividade.

“Ativação territorial das agroindústrias rurais familiares na Região do Alto Médio Uruguai” – assinado por Ezequiel Plínio Albarello, Carlos Alberto Junior e Cidonea Machado Deponti – é o sexto artigo da RBDR. Aí se buscou verificar como as agroindústrias familiares do Alto Médio Uruguai poderiam tornar-se ativos territoriais, permitindo seu desenvolvimento e da região. A conclusão é que existem estratégias de aproveitamento de recursos, mas não há políticas que levem à eficácia dos atores no território.

Já no sétimo artigo, “ Migração e trabalho: haitianos em Pato Branco-PR”, Cristiane Tonezer, Ademir Boeno e Myriam Aldana buscaram problematizar a migração de haitianos para o Brasil à luz do caso de Pato Branco, no estado do Paraná. A atenção recaiu sobre a inserção desses imigrantes no mercado de trabalho local e as condições laborais enfrentadas. Os resultados indicam que, apesar de salários baixos e trabalho precarizado, os haitianos têm esperança em obter maior qualificação e melhores empregos.

Maria Luiza Schwarz, Joceline Bonatti e Roberta Barros Meira assinam o artigo: “Problemáticas e valores representados na literatura cinza sobre água em Joinville-SC”. O objetivo é analisar o sentido dado à água nas representações de dois escritores e dois jornais, com textos publicados em distintas épocas da história de Joinville, no estado de Santa Catarina. Os resultados mostram que se tem atribuído à água um valor mais utilitarista, pouca relevância se dando a ela em associação com as diversas formas de vida no planeta.

Por fim, em “Obsolescência programada, meio ambiente e políticas públicas”, Francieli Boito, Claudio Machado Maia, Maria Luiza Roman Folle e Everton Gabriel Bortoletti se ocupam da contribuição do Direito Brasileiro (no que se refere ao papel de empresas, poder público e indivíduos) quanto ao consumo e à troca de bens. Os resultados mostram que a obsolescência programada ainda é pouco debatida no âmbito jurídico, indicando a inexistência de impedimentos legais para a degradação do meio ambiente.

Existe, ainda, uma seção de resenhas, em que são comentadas, brevemente, algumas obras publicadas em 2019. Talvez os leitores deste número da RBDR possam interessar-se por ela.

Ao fechar este editorial, convém: a) lembrar que a *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional* tem passado e continuará passando por *alterações*, com a valiosa participação da brava equipe que a vem editando; b) agradecer a todos os articulistas, integrantes do conselho editorial e “carregadores de piano” por sua impagável contribuição para que a RBDR alcançasse uma longevidade que já perfaz sete anos e 17 números; e c) reiterar que a editoria deste periódico teria grande satisfação em continuar contando com a crítica construtiva de seus leitores, autores e membros do conselho editorial, dado o propósito de que, a cada edição, se possam reduzir erros e equívocos. Em compensação, a *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional* promete permanecer fiel ao objetivo de constituir-se em

espaço democrático de debate interdisciplinar qualificado sobre assuntos relacionados à “questão regional”.

Que com este último número de 2019 da RBDR todos desfrutem de uma ótima leitura. Até 2020!

Ivo M. Theis

Editor